

da América Latina. Para estes, o livro constitui leitura obrigatória.

**CECILIA VIANA é doutoranda em desenvolvimento sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.  
E-mail: ceciliaviana@aluno.unb.br.**

### ***Intervenções urbanas e “cidades rebeldes”***

David Harvey. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. Londres/Nova York, Verso, 2012. 205 páginas.

*Edson Alencar Collares de Bessa*

Em sua vasta produção bibliográfica recente, o geógrafo inglês e professor emérito de antropologia social na The City University of New York (Cuny), David Harvey, amplia suas reflexões acerca da atuação do capitalismo na atualidade. Em *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*, o autor continua sua enfática crítica ao modelo capitalista de produção e as consequências dele para a vida das pessoas. Embora ressaltando pontos de vista já enfocados em outras obras, Harvey demonstra aqui a centralidade do processo de urbanização e suas escalas para o capitalismo por meio da análise de diferentes períodos e espaços onde ocorreram intervenções urbanísticas. Com essa justificativa teórica alicerçada nas ideias de outros intelectuais, principalmente Henri Lefebvre, há uma explícita manifestação de retomada dos centros urbanos ante o sistema do capital por meio de uma revolução popular, constituindo a formação de “cidades rebeldes”.

Dividido em duas seções, o livro mostra como a urbanização se tornou mais uma faceta da produção capitalista. Na primeira seção, intitulada “The right to the city”, Harvey apresenta sua perspectiva analítica ao conceber suas premissas teóricas, fortalecendo proposições de cunho histórico processual. Na segunda seção, “Rebel cities”, o tom do livro torna-se um manifesto motivacional para a retomada das cidades pela população oprimida pelo sistema. Vale destacar que os capítulos de ambas as seções são ensaios isolados, sendo, portanto, adaptados ao livro com algumas alterações.

O elo entre as seções é a Comuna de Paris, que perpassa a obra. Harvey ressalta constantemente esse movimento social do operariado francês a fim de mostrar que ele foi central para pensar as formulações comunistas, embora tenha usado a questão urbana em Marx apenas como exemplo e não como análise principal. Por isso, Harvey expõe o

caráter inovador de Lefebvre ao mostrar mais uma vez que ambos os autores – Harvey e Lefebvre – seguem a mesma linha analítica ao dialogar sobre o urbano como componente de produção capitalista. Por conseguinte, *o direito à cidade* não pode ser um significante vazio, mas deve ser um “desejo do coração” (p. 4), conforme a célebre frase de Robert Park que permeia o ideário do livro. A partir da cidade, o homem se recriou, se refez. E isso reflete no tipo de pessoa que se quer ser.

A urbanização aparece tentando solucionar problemas de ordem econômica (produção de excedente de capital) e social (como o desemprego) pela transformação de escalas nas quais o processo urbano foi imaginado. Com isso, dá-se “a construção de um novo e completo meio urbano de vida e a construção de um novo tipo de pessoa urbana” (p. 8). Harvey exemplifica três momentos históricos em que esse processo foi vivenciado.

Primeiro, com a efetivação de uma intensa urbanização em Paris idealizada por Haussmann a convite de Napoleão III. Desse modo, os ideais de centralização de poder jacobino combateram movimentos de descentralização das visões anarquistas de controle popular. Segundo, nos Estados Unidos, sob o urbanismo de Robert Moses, no período do macarthismo e da Guerra Fria, onde o processo de acumulação de excedente de capital gerou aumento da riqueza dos norte-americanos no primeiro momento para depois ocasionar uma grave crise econômica na década de 1960 e gradativo processo de empobrecimento das pessoas (pp. 8-10). Nesse ínterim, houve uma proliferação de subúrbios e das *highways* (estradas enormes de escoamento, incentivando o uso do carro generalizado). Terceiro, com a crise norte-americana de 2008 nas raízes de uma “bolha” imobiliária, quando foram necessários investimentos ligados à criação de um “capital fictício” (p. 45), tentando resolver o imbróglio econômico em um nível global.

Nos ensaios mais recentes do livro, Harvey aborda a escala chinesa de urbanização e de consumo material também ocorrendo em um patamar mundial. Assim, não se podem pensar processos de intervenção urbanística na China sem focar na mobilização de um mercado financeiro mundial “fictício” e de materiais concretos, em quantidades sem

precedentes de obras nas cidades. Isso demonstra, para o autor, a tentativa do capital de superar uma crise pulando para uma nova escala.

A insustentabilidade do sistema capitalista é uma constatação que atormenta Harvey. O grande problema reside na crença do crescimento infinito. O sentido do capitalismo e sua produção ilimitada de excedente econômico – dinheiro gerando mais dinheiro indefinidamente – constitui a lógica do fim em si mesmo. O apelo recai sobre a necessidade de frear o sistema, pois em breve não haverá possibilidades de novas escalas.

Na visão de Harvey, esse processo de modificação no ambiente urbano é uma “miríade de meios” (p. 66) para a reprodução do capital. As classes detentoras do poder econômico comandam o processo urbano. E as implicações dessa dominação não estão apenas sobre os aspectos de administração governamental e poderio do Estado com estruturas territoriais, mas sobre populações inteiras – alterando seus estilos de vida, possibilidade de trabalho, valores políticos e culturais e, até mesmo, concepções mentais do mundo.

Finalizando a primeira seção, o autor sugere uma nova forma de pensar a esfera urbana a partir das pessoas, os *urban commons* (p. 67), dedicando a esse conceito um capítulo específico. Em uma dialética entre o Estado e o capital, ocorre a formação desses *urban commons*, que são espécies de esferas simultâneas de cooperação e negociação humana com o seu produto: os espaços urbanos. Em outras palavras, através dos *urban commons* seria possível idealizar uma cidade anticapitalista, sem perder as expressões idiossincráticas, atendendo aos anseios divergentes e não uniformizando valores por uma lógica comunista homogeneizante. Harvey propõe, assim, pensar o meio urbano longe de uma polarização no pensamento organizacional em “soluções de propriedade privada e intervenção estatal autoritária” (p. 68).

Ademais, Harvey faz um questionamento desses *commons* ao explicar que a Comuna de Paris não funcionou porque o capitalismo cercou o movimento. Sempre em uma escala acima, o capitalismo poderá derrotar movimentos localizados. Daí, a defesa do autor de uma ampliação da consciência rebelde em âmbito global. Um aglomerado de comu-

nas precisa de meios de agregação entre elas que as tornem mobilizáveis como conjunto, deixando-as protegidas aos ataques capitalistas. Nesse aspecto, pode se perguntar criticamente qual a possibilidade de comunicação entre os protestos locais para gerar uma escala global. Será por meio apenas de conscientização? E se o for, como englobar e reunir consciências múltiplas em prol de um combate a um mesmo inimigo? Harvey apenas ensaia respostas a essas inquietações. Talvez o próprio autor não saiba como resolver tais incógnitas. A tentativa dele é explicitamente ressaltar possibilidades de interagir contra o sistema em curso e não de formular modelos de sociedade. Embora haja a presença de um discurso radical, onde não há intenções de reformas institucionais e sim de uma revolução socioeconômica, Harvey não defende um anarquismo total, nem a ausência de hierarquias organizacionais. O que se deve pensar é sobre a possibilidade de instituir vidas urbanas mais significativas e satisfatórias fora da lógica do capital.

Como uma possibilidade de compreensão e comunicação entre as escalas local e global, exemplos etnográficos aparecem no contexto boliviano no primeiro capítulo da segunda seção (pp. 141-150). A partir de pesquisas realizadas por cientistas sociais em Cochabamba, El Alto e Santa Cruz, Harvey ressalta que a saída para se evitar o colapso socioeconômico mundial pode estar nas micropolíticas específicas, repensando a cidade em outros termos. As lutas por manutenção de espaço urbano apresentam-se como formas de apropriação de criatividade e vida social. A defesa reside na salvaguarda de um cotidiano múltiplo, onde a cidade é sempre um projeto e uma ação política. Todavia, o discurso de Harvey denota certa utopia social equilibrada. Organizações sociais, em sua propriedade plural, sempre serão constituídas de diferentes interesses, que ocasionarão conflitos. E ao tratar de tensões sociais, ele ressalta o pano de fundo túrgido de suas possíveis cidades rebeldes. Contudo, embora cite o trabalho etnográfico de Escobar no “recôndito” colombiano, o autor de *Rebel cities* omite a dimensão de situações onde a violência é constante no cotidiano das pessoas.

Em contrapartida, sua proposta é que se pense em alternativas, não aos modelos de cidades, mas

para a definição dos usos e das prioridades tanto na escala urbana quanto em um maior número possível de escalas específicas para compor suas ações e organizações heterogêneas. Que se destrua primeiramente por meio “dos ferozes manifestantes, vândalos, niilistas” (p. 155), pois o capitalismo é selvagem e a violência é uma visualização da própria ferocidade que acontece atualmente em âmbito macro (opressão capitalista) refletida nas ruas, como “uma mímica”. E se “cada manifestante de rua sabe exatamente o que eu quero dizer” (p. 156), afirma Harvey, o que os protestos fazem é tornar aparente algo que retrata a lógica do sistema.

Pensando o *Occupy Wall Street* no último capítulo, Harvey estabelece a oposição entre os Partidos da Indignação e o “Partido de Wall Street” (pp. 159-164). E nesse confronto não se deve ficar só na destruição para se criar um mundo melhor. Tem de haver, portanto, um processo participativo, dialógico, embora conflituoso, no qual haja apropriação e escolhas do que deve ser feito para se tomar o espaço urbano com vida social ativa de “opiniões ouvidas e necessidades atendidas” (p. 162).

A meu ver, trata-se de uma excelente tentativa de Harvey em compor um livro com o objetivo de inspirar as pessoas a agirem mediante um sistema que as oprime. Assim, *Rebel cities* é indicado para pensadores de amplas esferas de atuação, sendo mais válido pelo seu apanhado analítico-histórico dos eventos que ocorrem atualmente do que pelas sugestões de ações para a constituição de espaços urbanos moldados por subjetividades rebeldes. Portanto, o livro revela possibilidades de como a reconstrução das cidades superando o sistema capitalista pode ocorrer mediante a uma união de destroços oriundos das insatisfações conjuntas das pessoas.

**EDSON ALENCAR COLLARES DE BESSA**  
**é mestrando em antropologia social**  
**no Programa de Pós-graduação em**  
**Antropologia Social (PPGAS) da**  
**Universidade de Brasília.**  
**Email: edsbesa@gmail.com.**